

# *Informativo* **FioPrev**



PUBLICAÇÃO DO FIOPREV • ANO V • NÚMERO 34 • Abril / Maio / Junho 2008

## Relatório de Atividades 2007



John Boyer/sxc.hu

Acompanhe nesta edição especial a prestação de contas do FioPrev



## Relatório de Atividades

Desde sua criação, há 23 anos, o FioPrev apresenta o seu Relatório de Atividades, um compromisso de transparência com seus participantes, realizado com muita satisfação.

Nosso objetivo vai além de atender as obrigações legais. Através deste documento queremos demonstrar a evolução do FioPrev durante o ano de 2007. São gráficos, tabelas e textos organizados da melhor forma para que todos os servidores da Fiocruz possam tomar ciência de como o Instituto administrou seus recursos nesse período.

A cada ano passamos por novos desafios, mas a confiança depositada no FioPrev por mais de 4.000 participantes contribui para que possamos atingir novas conquistas. É trabalhando intensamente no presente que podemos garantir uma digna qualidade de vida no futuro.

O sucesso de nossas realizações vem do apoio recebido da Patrocinadora Fiocruz, do Conselho Fiscal e Deliberativo, de nossos participantes e de nossos funcionários.

Nesta edição, você poderá conferir informações previstas pela resolução 23 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), de 6/12/2006. São dados referentes a investimentos financeiros, custos de gestão, demonstrações contábeis e situação atuarial. É uma versão sintética, sendo que a completa pode ser consultada no endereço [www.fioprev.org.br](http://www.fioprev.org.br), na opção finanças, em Relatório de Atividades 2006.

*Diretoria Executiva*



Foto: Gabriella Fabbri / sxc.hu

### EXPEDIENTE

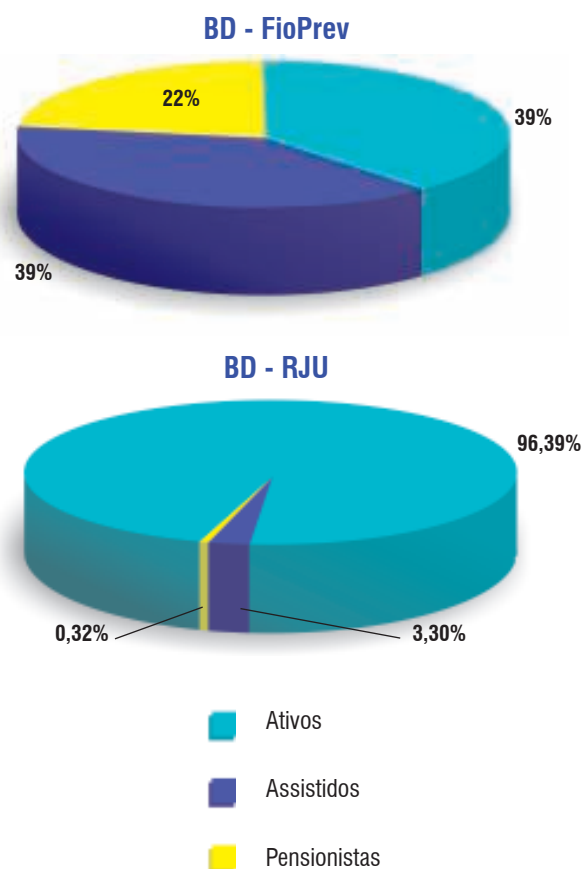
Patrocinadoras Fundação Oswaldo Cruz e FioPrev • Conselho Deliberativo Hayne Felipe da Silva (Presidente), Alex Alexandre Molinaro, Alex Santos Príncipe, Antônio Eugênio Castro Cardoso de Almeida, Claudia Maria Gullo Parente, Gilberto da Silva Braga, Hamilton dos Santos Coelho, Leila de Mello Yañez Nogueira, Márcia Garcia, Newton Potsch Magalhães, Oswaldo José da Cruz e Sueli Maria Motta Cardoso • Conselho Editorial Carlos Magno Ramos, Dilton Barreto, Jacques Mendes Meyohas, João Gonçalves Barbosa Neto e Lucia Santa Cruz • Conselho Fiscal Maria Amália N. Monteiro (Presidente), Cláudio Damasceno Raposo, Hugo César Bellas, José Sílvio de Moraes Portes, Laiza Daniele N. de Assumpção e Paulo Cesar Moreira de Andrade • Ouvidor Dilton Barreto • Diretoria Executiva Carlos Magno Ramos, Jacques Mendes Meyohas, João Gonçalves Barbosa Neto • Publicação do FioPrev Nº 34 Abril / Maio / Junho 2008 • Jornalista Responsável Lucia Santa Cruz MTb. 15.550-RJ • Reportagem Erika Schmid e Claudia Maria Abreu Campos • Projeto Gráfico e Diagramação Amarello Bernard • Fotos Ricardo Brasil • Impressão MCE Gráfica e Editora Ltda • Tiragem 6.000 exemplares

# Participantes

Ao final de 2007, o FioPrev contava com 4.953 participantes, sendo 3.786 ativos, 234 assistidos e 57 pensionistas, conforme se pode acompanhar na tabela:

	2007		
	BD-FioPrev	BD-RJU	TOTAL
<b>Ativos</b>	70	3.716	<b>3.786</b>
<b>Participantes para pecúlio</b>	0	818	<b>818</b>
<b>Autopatrocina</b>	3	52	<b>55</b>
<b>BPD</b>	2	1	<b>3</b>
<b>Assistidos</b>	77	157	<b>234</b>
<b>Pensionistas</b>	42	15	<b>57</b>
<b>Total</b>	<b>194</b>	<b>4.759</b>	<b>4.953</b>

Veja a distribuição percentual destes participantes:



Confira a seguir os montantes dos benefícios pagos em 2007, que representam o cumprimento dos compromissos assumidos com os participantes:

	2007					
	BD-FioPrev		BD-RJU		TOTAL	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
<b>Aposentadoria</b>	<b>77</b>	<b>528.222,85</b>	<b>157</b>	<b>1.444.938,57</b>	<b>234</b>	<b>1.973.161,42</b>
Tempo de Serviço	54	322.048,54	25	158.992,69	79	481.041,23
Idade	3	79.132,71	-	-	3	79.132,71
Compulsória	14	93.216,42	17	86.603,92	31	179.820,34
Especial	-	-	-	-	-	-
Invalidez	6	33.825,18	115	1.199.341,96	121	1.233.167,14
<b>Pensão</b>	<b>42</b>	<b>273.165,09</b>	<b>15</b>	<b>60.642,54</b>	<b>57</b>	<b>333.807,63</b>
<b>Pecúlio</b>	<b>2</b>	<b>59.991,80</b>	<b>22</b>	<b>1.105.386,04</b>	<b>24</b>	<b>1.165.377,84</b>
Ativos	-	-	3	226.041,30	3	226.041,30
Participantes Pecúlio	-	-	16	740.049,44	16	740.049,44
Assistidos	2	59.991,80	3	139.295,30	5	199.287,10
<b>Empréstimos</b>					<b>516</b>	<b>3.888.907,94</b>
Simple					507	3.854.359,34
Saúde					8	32.248,60
Funeral					-	-
Emergencial					1	2.300,00
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>861.379,74</b>	<b>194</b>	<b>2.610.967,15</b>	<b>831</b>	<b>7.361.254,83</b>
<b>Resgate de Contribuição</b>	<b>4</b>	<b>46.357,24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>46.357,24</b>



# Benefícios

O FioPrev administra dois planos de previdência: o BD-RJU, para os servidores da Fiocruz que estão sob o Regime Jurídico Único, e o BD-FioPrev, para os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Cada plano tem benefícios criados para apoiar e proteger o participante e sua família desde o seu ingresso. Confira a seguir:

## Benefícios do Plano BD-RJU

### Complementação de aposentadoria proporcional por invalidez

Para o participante que seja considerado incapacitado para o trabalho e venha a se aposentar de forma proporcional pelo RJU.

### Complementação de aposentadoria não decorrente de invalidez

No caso das aposentadorias por idade, tempo de serviço ou compulsórias, o FioPrev oferece a complementação desse benefício, de acordo com o tempo e o valor de contribuição do participante. Exige 10 anos de vinculação ao FioPrev e idade mínima de 58 anos.

### Complementação de pensão por morte

O benefício dos participantes que recebem complementação de aposentadoria é revertido em pensão em caso de morte do titular. Não há pensão quando o servidor falecido está na ativa.

### Pecúlio por morte

É o benefício que garante aos beneficiários designados pelo servidor o pagamento único igual a 10 vezes o salário real de benefício do participante, relativo ao mês anterior ao falecimento.

### Complementação de abono anual

Este benefício é devido a todo o participante que recebe complementação do FioPrev. Equivale ao 13º pago aos trabalhadores.



Foto: Claudia Meyer / sxc.hu

## Benefícios do Plano BD-FioPrev

### Complementação de aposentadoria proporcional por invalidez

Para trabalhadores aposentados pelo INSS por incapacidade de trabalho, como sequência do auxílio-doença ou de acidente incapacitante de qualquer natureza.

### Complementação de aposentadoria por idade

Somente para participantes que se aposentem por idade pelo INSS. Exige 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

### Complementação de aposentadoria por tempo de serviço

Destinado aos que se aposentam por tempo de serviço pelo INSS. O participante deve ter no mínimo 58 anos de idade, 35 anos de serviço, 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

### Complementação de aposentadoria especial

Destinada aos que se aposentaram pelo INSS por exercerem atividade insalubre, perigosa ou periculosa, de acordo com a legislação previdenciária. É necessário ter 55 anos de idade, 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

### Complementação de pensão por morte

Benefício destinado aos dependentes reconhecidos pelo INSS. O participante falecido precisa ter completado pelo menos 1 ano de vinculação à Patrocinadora. O pagamento da pensão equivale a 50% da complementação recebida mais 10% por cada dependente, chegando no máximo a 100%.

### Pecúlio por morte

É o benefício sem carência que garante aos beneficiários designados pelo participante o pagamento único de uma importância em dinheiro igual a 10 vezes o salário real de benefício do participante relativo ao mês precedente ao do falecimento. Para o participante CLT, o pecúlio é calculado pela média dos 12 últimos salários de participação (corrigidos monetariamente).

### Complementação de auxílio-doença

Voltado aos participantes que estiverem licenciados pelo INSS por motivo de doença. Não há carência.

### Complementação de auxílio-reclusão

Destinado aos dependentes reconhecidos pelo INSS e válido somente pelo período enquanto durar a reclusão. Não há carência. O cálculo feito é 50% da complementação da aposentadoria por invalidez que o participante teria direito somado a 10% por cada dependente não podendo ultrapassar os 100%.

### Complementação de abono anual

Este benefício é devido a todo participante que receba complementação do FioPrev. Equivale ao 13º salário pago aos trabalhadores.

# Demonstrações contábeis

Nesta seção você encontra o Balanço Patrimonial do FioPrev em 2007, consolidado e segmentado por plano de benefícios. O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial de uma entidade numa determinada data. Ele apresenta os Ativos (bens e direitos) e Passivos (exigibilidades e obrigações).

Fazem parte das Demonstrações Contábeis também a Demonstração dos Resultados e a Demonstração do Fluxo Financeiro, bem como as notas explicativas.

## Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (Em milhares de Reais)

Ativo	2007	2006	Passivo	2007	2006
<b>Disponível</b>	<b>831</b>	<b>994</b>	<b>Exigível Operacional</b>	<b>16.789</b>	<b>10.757</b>
<b>Realizável</b>	<b>181.795</b>	<b>151.847</b>	Programa Previdencial	204	136
Programa Previdencial	6.885	8.603	Programa Assistencial	15.040	7.372
Programa Assistencial	18.004	10.602	Programa Administrativo	1.523	3.201
Programa Administrativo	1.068	439	Programa de Investimentos	22	48
Programa de Investimentos	155.838	132.203	<b>Exigível Contingencial</b>	<b>180</b>	<b>-</b>
Renda Fixa	136.989	117.456	Programa Assistencial	180	-
Renda Variável	7.509	-	<b>Exigível Atuarial</b>	<b>64.787</b>	<b>112.139</b>
Investimentos Imobiliários	2.754	2.773	Provisões Matemáticas	64.787	112.139
Operações com Participantes	8.586	11.974	Benefícios Concedidos	32.578	18.069
<b>Permanente</b>	<b>416</b>	<b>441</b>	Benefícios a Conceder	32.209	94.070
Imobilizado	283	267	<b>Reservas e Fundos</b>	<b>101.286</b>	<b>30.386</b>
Diferido	133	174	Equilíbrio Técnico	38.880	24.091
			Resultados Realizados	38.880	-
			Superávit Técnico Acumulado	38.880	24.091
			Fundos	62.406	6.295
			Programa Previdencial	52.614	-
			Programa Assistencial	4.470	1.833
			Programa Administrativo	4.764	4.215
			Programa de Investimentos	558	247
			<b>Total do Passivo</b>	<b>183.042</b>	<b>153.282</b>

**Carlos Magno Ramos**  
Diretor Superintendente

**Jacques Mendes Meyohas**  
Diretor de Previdência  
Diretor Administrativo e Financeiro (Interino)

**João Gonçalves Barbosa Neto**  
Diretor de Assistência

**Luis Pereira de Freitas**  
Contador  
CRC.: RJ 034.521/0-9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2007	2006	DESCRIÇÃO	2007	2006
<b>PROGRAMA PREVIDENCIAL</b>			<b>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</b>		
(+) Recursos Coletados	4.049	5.971	(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	6.469	8.100
(-) Recursos Utilizados	(3.828)	(3.203)	(+) Receitas	66	105
(-) Custeio Administrativo	(606)	(3.079)	(-) Despesas	(6.607)	(6.201)
(+/-) Resultado dos Invest. Previdenciais	20.437	15.407	(+/-) Resultado dos Invest. Administrativos	620	404
(-/+ ) Constit./Reversões de Prov. Atuariais	47.351	(23.687)	<b>(=) Constituições/Reversões de Fundos</b>	<b>548</b>	<b>2.408</b>
(-/+ ) Constituições/Reversões de Fundos	(52.614)	-			
<b>(=) Superávit(Déficit)Técnico do Exercício</b>	<b>14.789</b>	<b>(8.591)</b>	<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>		
			(+/-) Renda Fixa	21.414	17.793
<b>PROGRAMA ASSISTENCIAL</b>			(+/-) Renda Variável	1.804	-
(+) Recursos Coletados	51.316	28.504	(+/-) Investimentos Imobiliários	(55)	(1.097)
(-) Recursos Utilizados	(45.113)	(27.257)	(+/-) Operações com Participantes	(400)	1.446
(-) Custeio Administrativo	(3.609)	(2.731)	(+/-) Outros Investimentos	902	-
(+/-) Resultado dos Invest. Assistenciais	44	-	(-) Custeio Administrativo	(2.254)	(2.290)
<b>(=) Constituições/Reversões de Fundos</b>	<b>2.638</b>	<b>(1.484)</b>	(+/-) Resultados Receb./Transf.p/Outros Programas	(21.101)	(15.811)
			<b>(=) Constituições/Reversões de Fundos</b>	<b>310</b>	<b>41</b>



## Demonstração de Fluxos Financeiros

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2007	2006
<b>(+/-) PROGRAMA PREVIDENCIAL</b>	<b>2.008</b>	<b>2.914</b>
<b>( + ) ENTRADAS</b>	<b>5.769</b>	<b>6.119</b>
( + ) Recursos Coletados	4.049	5.971
(+/-) Recursos a Receber	1.720	118
(+/-) Recursos Futuros	0	0
( + ) Outros Realizáveis/Exigibilidades	0	30
( + ) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
( + ) Operações Transitórias	0	0
<b>( - ) SAÍDAS</b>	<b>(3.761)</b>	<b>(3.205)</b>
( - ) Recursos Utilizados	(3.828)	(3.203)
(+/-) Utilizações a Pagar	68	(3)
(+/-) Utilizações Futuras	(1)	1
( - ) Outros Realizáveis/Exigibilidades	0	0
( - ) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
( - ) Operações Transitórias	0	0
<b>(+/-) PROGRAMA ASSISTENCIAL</b>	<b>6.650</b>	<b>1.423</b>
<b>( + ) ENTRADAS</b>	<b>44.094</b>	<b>29.313</b>
( + ) Recursos Coletados	51.316	28.504
(+/-) Recursos a Receber	(7.401)	809
(+/-) Recursos Futuros	0	0
( + ) Outros Realizáveis/Exigibilidades	0	0
( + ) Constituições/Reversões de Contingências	180	0
( + ) Operações Transitórias	0	0
<b>( - ) SAÍDAS</b>	<b>(37.444)</b>	<b>(27.890)</b>
( - ) Recursos Utilizados	(45.113)	(27.257)
(+/-) Utilizações a Pagar	8.383	154
(+/-) Utilizações Futuras	0	0
( - ) Outros Realizáveis/Exigibilidades	(714)	(787)
( - ) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
( - ) Operações Transitórias	0	0

DESCRIÇÃO	2007	2006
<b>(+/-) PROGRAMA ADMINISTRATIVO</b>	<b>(8.823)</b>	<b>(3.867)</b>
<b>( + ) ENTRADAS</b>	<b>66</b>	<b>2.040</b>
( + ) Receitas	66	105
( - ) Receitas a Receber	0	0
( + ) Receitas Futuras	0	0
( + ) Outros Realizáveis/Exigibilidades	0	1.934
( + ) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
( + ) Operações Transitórias	0	0
<b>( - ) SAÍDAS</b>	<b>(8.889)</b>	<b>(5.907)</b>
( - ) Despesas	(6.607)	(6.201)
( + ) Despesas a Pagar	315	285
( - ) Despesas Futuras	(74)	(16)
( - ) Permanente	25	25
( - ) Outros Realizáveis/Exigibilidades	(2.548)	0
( - ) Constituições/Reversões de Contingências	0	0
( - ) Operações Transitórias	0	0
<b>(+/-) PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>2</b>	<b>472</b>
(+/-) Renda Fixa	1.881	(3.304)
(+/-) Renda Variável	(5.705)	0
(+/-) Investimentos Imobiliários	(37)	164
(+/-) Operações com Participantes	2.961	1.813
(+/-) Relacionados com o Disponível	0	0
(+/-) Relacionados com Tributos	0	0
(+/-) Outros Investimentos	902	1.799
(+/-) Contribuições/Reversões de Contingências	0	0
(+/-) Operações Transitórias	0	0
<b>( = ) Fluxo nas Disponibilidades</b>	<b>(163)</b>	<b>943</b>
<b>( = ) Variações nas Disponibilidades</b>	<b>(163)</b>	<b>943</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração Patrimonial e Demonstração de Resultados - Plano BD RJU

Demonstração Patrimonial em 31 de dezembro de 2007 - Plano BD RJU

A T I V O	EXERC. ATUAL	EXERC. ANTERIOR	P A S S I V O	EXERC. ATUAL	EXERC. ANTERIOR
<b>ATIVO</b>	<b>117.703.649,82</b>	<b>102.609.689,28</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>117.703.649,82</b>	<b>102.609.689,28</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>26.190,60</b>	<b>398.299,30</b>	<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>641.030,10</b>	<b>1.082.046,29</b>
<b>CONTAS A RECEBER</b>	<b>7.316.028,18</b>	<b>7.002.516,24</b>	<b>VALORES EM LITÍGIO</b>	-	-
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>110.195.284,93</b>	<b>95.043.199,36</b>	<b>COMPROMISSOS C/ PART. E ASSIST.</b>	<b>48.088.911,81</b>	<b>96.585.349,74</b>
RENDA FIXA	94.904.091,49	81.561.990,15	<b>FUNDOS</b>	<b>56.951.479,96</b>	<b>3.425.134,01</b>
RENDA VARIÁVEL	5.219.604,54	-	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>12.022.227,95</b>	<b>1.517.159,24</b>
IMÓVEIS	1.914.460,40	1.927.367,31	<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>12.022.227,95</b>	<b>1.517.159,24</b>
EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS	8.157.128,50	11.553.841,90	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	12.022.227,95	1.517.159,24
OUTRAS	-	-	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	-
<b>BENS DE USO PRÓPRIO</b>	<b>166.146,11</b>	<b>165.674,38</b>	<b>RESULTADOS A REALIZAR</b>	-	-

## Demonstração de Resultados - Plano BD RJU

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+) CONTRIBUIÇÕES	3.770.413,38	5.741.428,15
(-) BENEFÍCIOS	(2.813.813,82)	(2.326.706,44)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	14.230.271,97	10.564.151,34
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	15.186.871,53	13.978.873,05
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(563.977,66)	(2.106.747,35)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	-	-
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	48.496.437,93	(23.341.294,86)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(52.614.263,19)	-
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	-	-
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	10.505.068,61	(11.469.169,16)

## Comentários sobre a rentabilidade do plano:

A rentabilidade do plano foi equivalente a 16,01%, contra um mínimo atuarial de 11,47% (INPC + 6% aa).

## Comentários sobre o custeio administrativo do plano:

Conforme determinado no plano de custeio anual, estabelecido na avaliação atuarial, o custeio administrativo será coberto por 15% do somatório das contribuições das patrocinadoras, dos participantes e assistidos, máximo previsto pela legislação atual (resolução MPAS 01/78).

As despesas administrativas são apropriadas entre os programas, proporcionalmente ao comprometimento de suas respectivas atividades, em relação ao custeio total, que no exercício de 2007 representou 15,00%.

## Demonstração Patrimonial e Demonstração de Resultados - Plano BD FioPrev

## Demonstração Patrimonial em 31 de dezembro de 2007 - Plano BD FioPrev

A T I V O			P A S S I V O		
	EXERC. ATUAL	EXERC. ANTERIOR		EXERC. ATUAL	EXERC. ANTERIOR
<b>ATIVO</b>	<b>44.777.452,56</b>	<b>39.358.835,78</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>44.777.452,56</b>	<b>39.358.835,78</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>11.488,30</b>	<b>174.710,77</b>	<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>236.419,45</b>	<b>193.780,16</b>
<b>CONTAS A RECEBER</b>	<b>302.161,85</b>	<b>1.952.270,33</b>	<b>VALORES EM LITÍGIO</b>	-	-
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>44.391.031,65</b>	<b>37.159.212,75</b>	<b>COMPROMISSOS C/ PART. E ASSIST.</b>	<b>16.698.676,00</b>	<b>15.553.668,15</b>
RENDA FIXA	40.832.759,49	35.894.118,44	<b>FUNDOS</b>	<b>984.240,62</b>	<b>1.037.436,67</b>
RENDA VARIÁVEL	2.289.537,38	-	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>26.858.116,49</b>	<b>22.573.950,80</b>
IMÓVEIS	840.125,34	845.424,05	<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>26.858.116,49</b>	<b>22.573.950,80</b>
EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS	428.609,44	419.670,26	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	26.858.116,49	22.573.950,80
OUTRAS	-	-	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	-
<b>BENS DE USO PRÓPRIO</b>	<b>72.770,76</b>	<b>72.641,93</b>	<b>RESULTADOS A REALIZAR</b>	-	-

## Demonstração de Resultados - Plano BD FioPrev

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+) CONTRIBUIÇÕES	278.398,75	229.905,89
(-) BENEFÍCIOS	(1.013.705,02)	(876.041,44)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	6.206.225,34	4.842.463,28
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	5.470.919,07	4.196.327,73
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(41.745,53)	(972.644,01)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	-	-
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(1.145.007,85)	(345.498,10)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	-	-
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	-	-
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	4.284.165,69	2.878.185,62

## Comentários sobre a rentabilidade do plano:

A rentabilidade do plano foi equivalente a 116,01%, contra um mínimo atuarial de 11,47% (INPC + 5% aa).

## Comentários sobre o custeio administrativo do plano:

Conforme determinado no plano de custeio anual, estabelecido na avaliação atuarial, o custeio administrativo será coberto por 15% do somatório das contribuições das patrocinadoras, dos participantes e assistidos, máximo previsto pela legislação atual (resolução MPAS 01/78).

As despesas administrativas são apropriadas entre os programas, proporcionalmente ao comprometimento de suas respectivas atividades, em relação ao custeio total, que no exercício de 2007 representou 15,00%.



## Demonstração Patrimonial e Demonstração de Resultados Plano de Benefício Assistencial

### Demonstração Patrimonial em 31 de dezembro de 2007 - Plano FioPrev Assistencial

A T I V O	EXERC. ATUAL	EXERC. ANTERIOR	P A S S I V O	EXERC. ATUAL	EXERC. ANTERIOR
<b>ATIVO</b>	<b>20.561.494,53</b>	<b>11.313.757,75</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>20.561.494,53</b>	<b>11.313.757,75</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>793.523,17</b>	<b>421.148,00</b>	<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>15.911.276,26</b>	<b>9.481.133,39</b>
<b>CONTAS A RECEBER</b>	<b>18.338.236,88</b>	<b>10.689.879,87</b>	<b>VALORES EM LITÍGIO</b>	<b>180.048,29</b>	<b>100,00</b>
<b>APLICAÇÕES</b>	1.252.301,48	-	<b>FUNDOS</b>	<b>4.470.169,98</b>	<b>1.832.524,36</b>
RENDA FIXA	1.252.301,48	-			
<b>BENS DE USO PRÓPRIO</b>	<b>177.433,00</b>	<b>202.729,88</b>			

### Demonstração de Resultados - Plano FioPrev Assistencial

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+) CONTRIBUIÇÕES	51.315.768,38	28.503.785,33
(-) BENEFÍCIOS	(45.113.153,64)	(27.257.041,79)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	43.665,60	-
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	6.246.280,34	1.246.743,54
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(3.608.634,72)	(2.730.861,71)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	-	-
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	-	-
(=) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	2.637.645,62	(1.484.118,17)

#### Comentários sobre a rentabilidade do plano:

A rentabilidade do plano foi equivalente a 2,81%, no período de 18/09/2007 a 31/12/2007.

#### Comentários sobre o custeio administrativo do plano:

O custeio administrativo foi apurado de acordo com parâmetros de rateios próprios, totalizando R\$ 3.608.634,72, representando a parcela das despesas administrativas envolvidas na sua administração.

**Carlos Magno Ramos**  
Diretor Superintendente

**Jacques Mendes Meyohas**  
Diretor de Previdência  
Diretor Administrativo e Financeiro (Interino)

**João Gonçalves Barbosa Neto**  
Diretor de Assistência

**Luis Pereira de Freitas**  
Contador  
CRC.: RJ 034.521/0-9

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (em Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FioPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, através da Secretaria de Previdência Complementar – SPC e do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando sob o regime definido pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

Constituído em 1984 e aprovado em 1985, o Instituto iniciou suas operações em 1987, como pessoa jurídica de direito privado, tem por objetivo suplementar a aposentadoria dos funcionários de suas patrocinadoras, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e o próprio FioPrev, e assegurar, em caso de morte, o pagamento de pecúlio e de pensão a seus beneficiários.

Os recursos de que a entidade dispõe para o cumprimento de seus objetivos são representados por contribuições de suas patrocinadoras, e seus participantes, bem como de rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições, que obedecem às regras fixadas pela Resolução CMN nº 3.121/2003, revogada na totalidade, pela Resolução CMN nº 3.456, de 1º de junho de 2007, ora em vigor.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no país e não distribui lucro ou participações de seus resultados. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está registrada em livros obrigatórios, revestida das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

A adaptação dos regulamentos dos planos de benefícios previdenciários às Leis 108 e 109/2001, e posteriormente à Resolução CGPC nº 19/2006, ainda não foi aprovada pela SPC.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As normas e procedimentos contábeis estabelecidos pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), do Ministério da Previdência Social, através da Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações, foram observadas na elaboração das demonstrações contábeis que consolidam as posições dos planos de benefícios, apresentadas em milhares de reais, comparativamente às do exercício anterior.

Estas normas apresentam, como principal característica, a segregação dos registros contábeis em quatro programas que formam um conjunto de informações consistentes e transparentes, segundo a natureza e a finalidade das transações, compreendendo programas-fim (Previdencial e Assistencial) e programas-meio (Administrativo e de Investimentos).

### 3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela entidade são resumidas a seguir:

- Os recursos “coletados” e “utilizados”, as receitas e despesas e as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas são registrados segundo o princípio da competência.
- Os saldos do fluxo financeiro são derivados das variações ocorridas na movimentação das rubricas, nos respectivos programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos, no decorrer do exercício.
- Os títulos e valores mobiliários, exceto quanto às aplicações em fundos de investimentos em ações, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a



data do balanço. Os ágios e deságios ocorridos na aquisição de títulos foram corrigidos e apropriados mensalmente ao resultado pró-rata dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

- d. Os fundos de investimentos FAC são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas, refletidas na cota diária, e ajustado ao valor de mercado com base na variação média diária.
- e. As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas diretas de corretagem e outras taxas incidentes, ajustadas ao valor de mercado, com base na cotação média das ações no último dia do mês que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). A variação ocorrida na comparação entre os valores registrados na contabilidade e os de mercado é reconhecida diretamente ao resultado. Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos ao resultado pelo regime de competência.
- f. Os investimentos imobiliários estão demonstrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos técnicos de avaliação.

As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

- g. As operações com participantes referem-se aos empréstimos, incluídas as parcelas referentes ao principal, à atualização monetária e aos juros até a data do balanço.
- h. Os bens que constituem o Permanente - Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme determinado no Anexo E - Normas de Procedimentos Contábeis da Resolução CGPC nº 10/2002.

% ao ano

Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Computadores e Periféricos	20

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Diferido.

- i. Os registros das despesas administrativas são realizados por meio de sistema de alocações diretas, combinadas com rateios de despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.
- j. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações, que determina a constituição de provisão escalonada equivalente a 25% para atrasos entre sessenta e um dias e cento e vinte dias, 50% para atrasos entre cento e vinte e um dias e duzentos e quarenta dias, 75% para atrasos entre duzentos e quarenta e um dias e trezentos e sessenta dias e 100% para atrasos superiores a trezentos e sessenta dias.
- k. As transferências interprogramas do resultado líquido do Programa de Investimentos para os Programas Previdencial e Administrativo são efetuadas proporcionalmente ao patrimônio líquido de cada programa, com base no mês anterior.

## PROGRAMA PREVIDENCIAL

### 4.1. CUSTEIO – PLANO BD-FioPrev

O plano de custeio vigente, estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

#### 4.1.1 – Para o conjunto de Benefícios

- **Participantes**  
Contribuições mensais, cujos montantes variam de acordo com os salários reais de contribuição e de taxas progressivas, de maneira a manter a paridade contributiva entre Patrocinador e os Participantes (Emenda Constitucional nº 20/1998).
- **Patrocinador**  
Contribuições, apurada com base na contribuição dos Participantes, Ativos e Assistidos, de modo a ser observada a paridade contributiva de que trata a Emenda Constitucional nº 20/98.
- **Assistidos**  
Contribuições mensais de 5% sobre o valor do Benefício.

### 4.2. CUSTEIO – PLANO BD-RJU

O Plano foi criado após a instituição do Regime Jurídico Único – RJU pela Lei 8.112/90. Com o recebimento do Ofício nº 509/SPC/DEFIS, de 07/03/2007, que determinou a cessação imediata do repasse das contribuições da Patrocinadora Fiocruz, bem como a interrupção da concessão de novos benefícios, relativamente aos participantes abrangidos por este regime, assim como as pensões daí decorrentes, o FioPrev passou a receber apenas as contribuições dos participantes.

Pelo Ofício nº 2733/SPC/DEFIS, de 08/08/2007, o FioPrev foi autorizado a conceder benefícios de risco (pecúlio e suplementação de aposentadoria por invalidez proporcional) uma vez que estes são inteiramente custeados pelos participantes.

O custeio estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

#### 4.2.1 – Para o conjunto de benefícios

- **Participantes**  
Contribuições mensais de 1% sobre os respectivos Salários de Participação.
- **Autopatrocínados**  
Contribuições mensais de 1% sobre os respectivos Salários de Participação, acrescidas das contribuições que seriam de responsabilidade da Patrocinadora.
- **Patrocinador**  
Contribuições mensais em valores idênticos aos dos Participantes.
- **Assistidos**  
Contribuições mensais de 5% sobre o valor do Benefício e, aqueles que integralizaram a remuneração para fins de pecúlio contribuem com 1% sobre os proventos.

O saldo desta rubrica está apresentado no quadro abaixo e compreende basicamente às contribuições relativas ao mês de dezembro e 13º salário, cujo repasse ao Instituto deverá ocorrer no mês de janeiro do exercício seguinte.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.07	31.12.06
<b>Contribuições normais</b>	<b>324</b>	<b>900</b>
<b>Patrocinadoras</b>	<b>26</b>	<b>291</b>
Fiocruz	4	268
FioPrev	22	23
Participantes	291	601
Autofinanciados	7	8
<b>Contribuições normais em atraso</b>	<b>82</b>	<b>12</b>
Participantes	82	12
<b>Contribuições s/ 13º salário</b>	<b>4</b>	<b>505</b>
Patrocinadoras	2	250
Participantes	2	250
Autofinanciados	-	5
<b>Outros Recursos a Receber</b>	<b>6.473</b>	<b>7.186</b>
Plano Assistencial	6.473	7.186
Utilizações Futuras	1	-
<b>Total do Programa Previdencial - R\$ mil</b>	<b>6.884</b>	<b>8.603</b>

As operações de empréstimos do programa previdencial para o programa assistencial estão registradas na rubrica "Outros Recursos a Receber".

## 5. PROGRAMA ASSISTENCIAL

Neste grupo, estão registrados os recursos a receber de contribuições assistenciais, normais e em atraso, das patrocinadoras e dos participantes.

Em dezembro de 2007 foram registrados dois aportes extraordinários da patrocinadora: o primeiro equivalente a R\$ 2.000 mil, referente a uma complementação orçamentária, conforme Decreto de 14/12/2007, publicado em edição extra do DOU do mesmo dia, e o segundo no valor de R\$ 15.000 mil, de acordo com a Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, destinados a cobertura dos débitos assistenciais em atraso, e, quitação do saldo do empréstimo do programa previdencial para o programa assistencial.

O saldo do programa, em 31/12/2007, estava assim constituído:

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.07	31.12.06
<b>Contribuições normais</b>	<b>17.987</b>	<b>4.377</b>
Patrocinadoras	15.619	582
Participantes	2.221	3.653
Autofinanciados	147	142
<b>Contribuições normais em atraso</b>	<b>17</b>	<b>50</b>
Participantes	7	10
Autofinanciados	10	40
<b>Outros Recursos a Receber</b>	<b>-</b>	<b>6.175</b>
Plano Assistencial	-	6.175
<b>Total do Programa Assistencial - R\$ mil</b>	<b>18.004</b>	<b>10.602</b>

## 6. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os recursos garantidores do exigível atuarial, em consonância com a Resolução CMN nº 3.456/2007, estão demonstrados conforme quadro demonstrativo a seguir.



DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.07	31.12.06
<b>Renda Fixa</b>	<b>136.989</b>	<b>117.455</b>
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	36.886	33.689
Aplicações em Instituições Financeiras	66.362	58.153
Títulos de Empresas	33.741	25.613
<b>Renda Variável</b>	<b>7.509</b>	<b>-</b>
Mercado de Ações	7.509	-
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>2.755</b>	<b>2.773</b>
Terrenos	573	573
Edificações	2.182	2.200
Direitos em Alienações	-	-
<b>Operações com Participantes</b>	<b>8.586</b>	<b>11.974</b>
Empréstimos	8.586	11.974
<b>Total do Programa de Investimentos - R\$ mil</b>	<b>155.839</b>	<b>132.202</b>

6.1. Títulos e Valores Mobiliários

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC estabeleceu novos critérios para registros e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, produzindo efeitos a partir de 30/01/2002.

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos estão marcados a mercado.

Em 31 de dezembro 2007, o FioPrev possuía títulos e valores mobiliários na carteira própria no montante de R\$ 74.208 mil, em 31/12/2006 o este valor era R\$ 69.450 mil.

	Carteira Própria	Saldo 31/12/07	Carteira Própria	Saldo 31/12/06
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	36.886	36.886	33.689	33.689
<b>Subtotal - R\$</b>	<b>36.886</b>	<b>36.886</b>	<b>33.689</b>	<b>33.689</b>
<b>Títulos Privados</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	3.581	3.581	10.148	10.148
Debêntures	33.741	33.741	21.554	21.554
Certificados de Termo de Energia Elétrica	-	-	4.059	4.059
<b>Subtotal - R\$</b>	<b>37.322</b>	<b>37.322</b>	<b>35.761</b>	<b>35.761</b>
<b>Total - R\$</b>	<b>74.208</b>	<b>74.208</b>	<b>69.450</b>	<b>69.450</b>

6.1.2. Classificação dos Títulos por vencimento

Os títulos classificados nesta categoria são registrados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
<b>Títulos Públicos</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	11.425.749	24.513.978	35.939.727
Notas do Tesouro Nacional - C	-	946.267	-	-	946.267
<b>Subtotal - R\$</b>	<b>-</b>	<b>946.267</b>	<b>11.425.749</b>	<b>-</b>	<b>36.885.994</b>
<b>Títulos Privados</b>					
Certificados de Depósitos Bancários	3.581.527	-	-	-	3.581.527
Debêntures	7.102.925	26.638.040	427	-	33.741.392
<b>Subtotal - R\$</b>	<b>10.684.452</b>	<b>26.638.040</b>	<b>427</b>	<b>-</b>	<b>37.322.919</b>
<b>Total - R\$</b>	<b>10.684.452</b>	<b>27.584.307</b>	<b>11.426.176</b>	<b>-</b>	<b>74.208.913</b>
Notas do Tesouro Nacional - C	-	854.553	-	5.125.346	5.979.899
<b>Subtotal - R\$</b>	<b>-</b>	<b>854.553</b>	<b>5.086.507</b>	<b>-</b>	<b>33.689.430</b>
<b>Títulos Privados</b>					
Certificados de Depósitos Bancários	10.148.202	-	-	-	10.148.202
Debêntures	8.005.572	10.895.034	6.712.410	-	25.613.015
<b>Subtotal - R\$</b>	<b>18.153.774</b>	<b>10.895.034</b>	<b>6.712.410</b>	<b>-</b>	<b>35.761.218</b>
<b>Total - R\$</b>	<b>18.153.774</b>	<b>11.749.586</b>	<b>11.798.916</b>	<b>-</b>	<b>69.450.648</b>

Objetivando dar maior transparência ao desempenho da carteira de investimentos, a partir de outubro de 2007, o FioPrev adotou a marcação a mercado na precificação de seus títulos de renda fixa.

Os títulos são registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

7. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Conforme determinação das Resoluções nº 3.456, de 1º de junho de 2007, do CMN, e CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, a carteira deve ser reavaliada pelo menos a cada três anos. A última reavaliação ocorreu em dezembro de 2006 e a próxima deverá ocorrer até dezembro de 2009.

Diante da baixa rentabilidade apresentada pela carteira imobiliária, o Conselho Deliberativo em reunião realizada em 07.03.2007, autorizou a venda do imóvel Morumbi Square.

8. PROVISÃO PARA PERDAS COM INVESTIMENTOS

8.1. Renda Fixa

Reversão de provisionamento realizada em 04/04/2007.

Título	Exercícios findos em	
	31.12.07	31.12.06
Debêntures CP Cimento	0	541
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>0</b>	<b>541</b>

8.2. Operações com Participantes

As provisões constituídas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 consideraram os critérios definidos pela Resolução CGPC nº 05/2002, determinada em função da verificação de atraso no recebimento da parcela do valor principal e os seus respectivos encargos.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.07	31.12.06
Empréstimos	3.575	1.355
<b>Total - R\$ mil</b>	<b>3.575</b>	<b>1.355</b>

8.3. Administração dos Investimentos

O Instituto mantém contrato com o Banco Bradesco, credenciado na Comissão de Valores Mobiliários para atuar como agente custo diante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações nos segmento de renda fixa e renda variável. A gestão dos investimentos é exercida pela própria Entidade, observando o que dispõe sua Política de Investimento, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

8.4. Rentabilidade das Carteiras

A rentabilidade auferida pela carteira de investimentos, apurada pela RiskOffice através do método de cotas, podem ser assim demonstradas:

Segmento de Aplicação	Exercícios findos em	
	31.12.07	31.12.06
Renda Fixa	15,67%	15,24%
Renda Variável	37,59%	0,00%
Imóveis	-3,07%	-28,65%
Empréstimos	-7,19%	18,61%
<b>Consolidado (*)</b>	<b>16,01%</b>	<b>14,15%</b>

(\*) A meta atuarial (INPC + 6% a.a) do exercício de 2007 fechou em 11,47%, em 2006 foi de 8,98%.

9. PERMANENTE

Demonstra os valores relativos aos bens utilizados no desempenho da atividade social do FioPrev, composto pelos itens do Imobilizado, que apresentam-se devidamente depreciados, conforme determinado na Resolução CGPC nº 05/2002, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações, e pelo Diferido, que refere-se a gastos com aquisição de softwares e instalações em imóveis de terceiros, amortizados a taxa de 20% ao ano, conforme quadro abaixo:

Ativo Permanente	Exercícios findos em	
	31.12.07	31.12.06
<b>Permanente</b>	<b>416</b>	<b>441</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>283</b>	<b>267</b>
Móveis e Utensílios	82	78
Máquinas e Equipamentos	83	77
Aparelhos Cinematográficos	3	4
Computadores e Periféricos	103	98
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	12	10
<b>Diferido</b>	<b>133</b>	<b>174</b>

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O grupo Passivo Exigível Operacional está subdividido nos Programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos, e registra as obrigações decorrentes das operações do Instituto.

No programa Previdencial estão registrados os compromissos a pagar com benefícios de pagamento único, restituições de devoluções de reserva de poupança, no montante de R\$ 204 mil (31/12/07) e de R\$ 136 mil (31/12/06).

No programa Assistencial estão registrados os compromissos a pagar com a rede credenciada, assim como as operações de empréstimos de recursos do programa Previdencial para o Assistencial, cuja garantia de quitação está apontada na nota nº 5.

quadro abaixo estão representados os valores relativos aos compromissos assumidos:

Descrição	Exercícios findos em	
	2007	2006
Rede Credenciada	8.567	185
Empréstimo Previdencial	6.473	7.186
<b>Total</b>	<b>15.040</b>	<b>7.371</b>

No programa Administrativo estão registradas provisões para férias dos empregados, retenções do IRRF sobre salários, IRRF sobre serviços, PIS, COFINS e consignações, no valor de R\$ 1.523 mil em 31/12/07 e de R\$ 3.200 mil em 31/12/06.

## 11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representam os valores relativos aos registros das provisões relacionadas com os processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos advogados do FioPrev, totalizando R\$ 180 mil, referentes a causas trabalhistas e civis.

## 12. EXIGÍVEL ATUARIAL

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário externo e encontram-se demonstrados em consonância com a letra (j), item 21, do título IV – Normas Gerais, anexo E, da Resolução CGPC nº 10, de 05/7/2002.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Passivo Atuarial dos planos administrados pelo FioPrev em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.07	31.12.06
<b>Provisões Matemáticas</b>		
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>32.578</b>	<b>18.069</b>
Benefícios do Plano	32.578	18.069
CLT	7.034	5.085
RJU	25.544	12.984
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>32.209</b>	<b>94.070</b>
Benefícios do Plano com a Geração Atual	37.576	99.147
Plano de Benefício Definido	37.576	99.147
CLT	15.031	15.546
RJU	22.545	83.601
( - ) Outras Contribuições da Geração Atual	(5.367)	(5.077)
<b>Total do Exigível Atuarial - R\$ mil</b>	<b>64.787</b>	<b>112.139</b>

Em consequência do exposto na nota 4.2, foram efetivadas nas provisões matemáticas do plano BD-RJU os respectivos efeitos da cessação da concessão do benefício de suplementação de aposentadoria não decorrente de invalidez e do recebimento da contribuição da patrocinadora. Houve uma expressiva redução no valor da provisão de benefícios a conceder, revertidos para a constituição de um Fundo Previdencial, equivalente a R\$ 52.614 mil, conforme avaliação atuarial do exercício, elaborada pela consultoria atuarial externa JESSÉ MONTELLO Serviços Técnicos em Atuarial e Economia Ltda., empresa contratada pelo FioPrev.

## 13. RESERVAS E FUNDOS

### 13.1. Equilíbrio Técnico

Registra os valores relativos aos Resultados Realizados, apurados anualmente, na indicação de Superávit Técnico, serão destinados à formação de Reserva de Contingência, limitada a 25% do valor das Provisões Matemáticas. No exercício em que apresentar parcela de superávit excedente ao limite estabelecido, esta será destinada à constituição de Reserva Especial para revisão do plano de benefícios da entidade, conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001.

No quadro a seguir está demonstrada a composição consolidada do Equilíbrio Técnico em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.07	31.12.06
<b>Equilíbrio Técnico</b>		
<b>Resultados Realizados</b>	<b>32.578</b>	<b>18.069</b>
Superávit Técnico Acumulado	32.578	18.069
Reserva de Contingência	7.034	5.085
Reserva para Revisão do plano	25.544	12.984

No quadro a seguir está demonstrada a composição da rubrica Resultados Realizados, em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.07	31.12.06
Resultado positivo do Programa Previdencial	221	2.768
Resultado positivo do Programa de Investimentos	20.437	15.407
Custeio Administrativo	(606)	(3.079)
Constituição / Reversão de Provisões Atuariais	47.351	(23.687)
Constituição / Reversão de Fundos	(52.614)	-
(=) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	<b>14.789</b>	<b>(8.591)</b>

## 13.2. Fundos

### 13.2.1. Fundo Previdencial

Constituído em 31 de dezembro de 2007, de acordo com a avaliação atuarial elaborada pela consultoria atuarial externa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuarial e Economia Ltda., no montante de R\$ 52.614 mil, que será atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos.

### 13.2.2. Programa Assistencial

Constituído com base no excedente verificado na apuração do resultado do programa assistencial, com a finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços assistenciais.

Sua remuneração se dá de acordo com os resultados obtidos com os recursos provenientes do próprio Programa Assistencial.

	31.12.07	31.12.06
Fundo Assistencial	4.470	1.833

### 13.2.3. Programa Administrativo

Constituído com base no excedente verificado na apuração do resultado do programa administrativo, com a finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

Sua remuneração se dá com base no resultado dos investimentos, calculado e transferido de forma proporcional ao patrimônio líquido do programa, com base no mês anterior.

	31.12.07	31.12.06
Fundo Assistencial	4.763	4.215

### 13.2.4. Programa de Investimentos

Constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade do seu falecimento.

	31.12.07	31.12.06
Fundo Assistencial	558	247

## 14. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Na avaliação atuarial do exercício, que define o plano de custeio anual, foi estabelecido que o custeio administrativo será coberto por 15% das contribuições das patrocinadoras, dos participantes e assistidos, máximo previsto na legislação atual (Decreto nº 606 de 20/07/1992). A Secretaria de Previdência Complementar – SPC está desenvolvendo estudos para a revisão deste percentual, a fim de torná-lo mais adequado à realidade do sistema.

As despesas administrativas são apropriadas entre os programas, proporcionalmente ao comprometimento das respectivas atividades relacionadas ao custeio total, com a seguinte composição: programa previdencial: 9%, programa assistencial: 56% e programa de investimentos: 35%.

No que se refere ao custeio administrativo, o programa previdencial totalizou R\$ 606 mil equivalentes a 15% das receitas de contribuição, sendo R\$ 564 mil no Plano BD-RJU e R\$ 42 mil no Plano BD-FioPrev.

O programa assistencial totalizou R\$ 3.609 mil, correspondentes à parcela das despesas administrativas absorvidas na administração do respectivo programa.

O programa de investimentos totalizou R\$ 2.254 mil, representando a parcela das despesas administrativas envolvidas na sua administração.

Nesse contexto, as despesas administrativas totalizaram R\$ 6.607 mil, contra os recursos oriundos de outros programas equivalentes a R\$ 6.469 mil, apresentando uma variação de R\$ 138 mil, coberta pelo fundo administrativo constituído com essa finalidade, como preceitua o item IV.2.3 da Resolução CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002.

## 15. EVENTO SUBSEQÜENTE

### 15.1. Ofício nº 37/2008/DIR-DIREH

Define o montante de recursos, a título de reembolso de remuneração e encargos sociais, no valor de R\$ 501.194,34, pela cessão do servidor Carlos Magno Ramos, de acordo com o parágrafo único do artigo 7º da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001, para serem repassados pelo FioPrev a Fiocruz, com previsão de parcelamento.



# Investimentos

Conheça melhor as aplicações financeiras que o FioPrev fez em 2007 para cuidar do seu patrimônio. A gestão profissionalizada, em consonância com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo,

permitiu que a rentabilidade da carteira de investimentos atingisse 16,1%. Este resultado supera a meta atuarial, que ficou em 11,47%, e meta de performance, que é o CDI.

## Rentabilidade Nominal

Rentabilidade Nominal dos Investimentos													
Ativos	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	Acumulado em 2007
Renda Fixa	1,28	0,91	1,17	1,00	1,89	1,00	0,94	1,01	1,35	2,97	-0,03	1,19	15,67
Renda Variável	1,57	0,80	6,64	4,14	4,74	4,96	1,16	-2,49	10,08	6,91	-4,20	-1,03	37,59
Imóveis	0,43	-1,51	0,15	0,14	-0,18	-0,16	0,59	-0,54	-0,54	-0,51	-0,88	-0,08	-3,07
Empréstimos	-2,47	0,22	0,32	0,22	0,27	0,18	-0,89	-6,07	0,06	0,34	0,30	0,30	-7,19
<b>Todos os Investimentos (consolidado)</b>	<b>0,95</b>	<b>0,80</b>	<b>1,53</b>	<b>1,26</b>	<b>2,13</b>	<b>1,52</b>	<b>0,83</b>	<b>-0,06</b>	<b>2,27</b>	<b>3,22</b>	<b>-0,30</b>	<b>0,84</b>	<b>16,01</b>

Indexadores													
	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	Acumulado em 2007
INPC + 6% aa (meta atuarial)	0,98	0,91	0,93	0,75	0,75	0,60	0,81	1,08	0,74	0,79	0,92	1,46	11,47
IGP-M	0,50	0,27	0,34	0,04	0,04	0,26	0,28	0,98	1,29	1,05	0,69	1,76	7,75
CDI	1,08	0,87	1,05	0,94	1,02	0,90	0,97	0,99	0,80	0,92	0,84	0,84	11,82
<b>Carteira de RF sobre o CDI</b>	<b>118,60</b>	<b>105,08</b>	<b>111,08</b>	<b>106,68</b>	<b>184,62</b>	<b>110,45</b>	<b>97,20</b>	<b>102,07</b>	<b>167,92</b>	<b>321,60</b>	<b>-3,68</b>	<b>141,37</b>	<b>132,54</b>

VaR dos Segmentos													
	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	Acumulado em 2007
Renda Fixa	0,46	0,54	0,42	1,55	1,57	1,68	1,61	2,30	3,05	2,11	1,65	0,74	1,47
Renda Variável	4,26	4,72	4,92	6,98	4,45	3,16	3,97	13,89	12,46	9,40	8,91	7,94	7,09
<b>Todos os Investimentos (consolidado)</b>	<b>0,66</b>	<b>0,66</b>	<b>0,89</b>	<b>2,21</b>	<b>1,75</b>	<b>1,54</b>	<b>1,79</b>	<b>4,16</b>	<b>4,46</b>	<b>2,86</b>	<b>2,64</b>	<b>1,34</b>	<b>2,08</b>

## Composição

Em 2007, a composição da carteira de investimentos era a seguinte:

Ativos do Programa de Investimento	Valor
<b>Renda Fixa</b>	<b>127.982.536,40</b>
CDB	3.581.526,82
Debêntures	33.741.392,03
NTN-B	29.965.685,01
NTN-C	6.920.309,46
FIQ Pactual FioPrev	53.773.623,08

Ativos do Programa de Investimento	Valor
<b>Renda Variável</b>	<b>15.263.456,50</b>
Ações	7.509.141,92
FIQ Pactual FioPrev	7.754.314,58
<b>Imóveis</b>	<b>2.754.585,74</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>8.585.737,94</b>

## Limites Legais

De 2006 para 2007, o Comitê de Investimentos, com autorização do Conselho Deliberativo, e respaldado pela Política de Investimentos, optou por voltar a investir em ações (renda variável), alocando 9,87% do patrimônio neste segmento. No ano anterior, a carteira registrava zero por cento no mercado acionário.

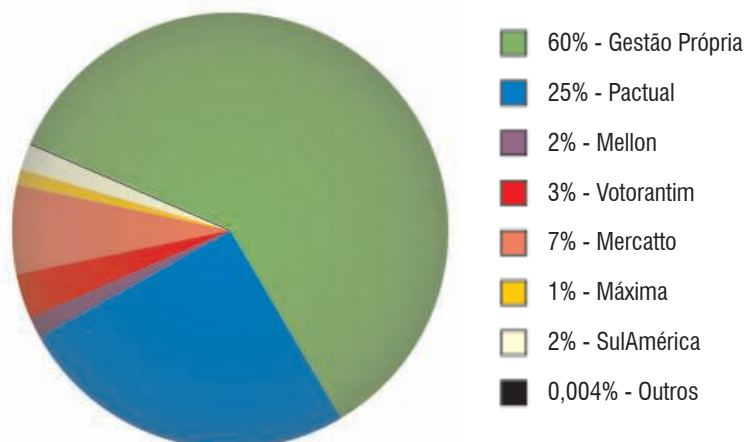
Recursos Garantidores	Valor	Alocação 31/12/2007	Limites pela Política de Investimentos FioPrev		Limites pela Legislação
			Mínimo	Máximo	
<b>Segmentos</b>			<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Res. 3.456</b>
Renda Fixa	127.982.536,40	82,78%	65,00%	100,00%	Máx. 100%
Renda Variável	15.263.456,50	9,87%	0,00%	20,00%	Máx. 50%
Imóveis	2.754.585,74	1,78%	0,00%	11,00%	Max. 11%
Empréstimos	8.585.737,94	5,55%	0,00%	15,00%	Máx. 15%
Disponível	37.678,90	0,02%			
Exigível Operacional	-21.816,99	-0,01%			

Recursos Garantidores	Valor	Alocação 31/12/2008	Limites pela Política de Investimentos FioPrev		Limites pela Legislação
			Mínimo	Máximo	
<b>Segmentos</b>			<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Res. 3.121</b>
Renda Fixa	117.456.108,59	88,49%	65,00%	100,00%	Máx. 100%
Renda Variável	0,00	0,00%	0,00%	20,00%	Máx. 50%
Imóveis	2.772.791,36	2,09%	0,00%	11,00%	Max. 11%
Empréstimos	11.973.512,16	9,02%	0,00%	15,00%	Máx. 15%
Disponível	572.796,78	0,43%			
Exigível Operacional	-48.431,02	-0,04%			

O FioPrev mantém gestão própria de 60% dos recursos do plano de previdência. Os restantes 40% estão divididos em 8 gestoras de recursos de fundos de pensão, como se pode ver abaixo:

Gestão Terceirizada	
Pactual	38.418.518,71
Mellon	2.523.789,33
Votorantim	5.071.201,82
Mercatto	10.851.792,13
Máxima	1.558.414,08
SulAmérica	3.098.128,94
Santos	4.264,30
Caixa	1.828,35
Gestão Própria	93.074.240,83

Obs: Sobre o total dos Recursos Garantidores



## Custo da gestão dos investimentos

Para administrar estes recursos, o FioPrev arca com custos administrativos, de pessoal, encargos, taxas financeiras, corretagens etc. A gestão transparente e responsável determina que estes valores sejam informados aos participantes, para que eles possam avaliar as despesas para rentabilização dos recursos que vão garantir seus benefícios previdenciários.

### Posição em 31/12/2007

DESPESAS COM GESTÃO	239.760,10	307.044,99	275.798,45	295.470,44	1.118.073,98
CUSTOS	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	ANO
<b>GESTÃO INTERNA</b>	<b>233.288,42</b>	<b>300.429,83</b>	<b>267.714,95</b>	<b>293.543,15</b>	<b>1.094.976,35</b>
PESSOAL/ENCARGOS	58.681,06	58.681,06	67.275,17	67.275,17	251.912,46
CONSULTORIAS	3.577,59	3.577,59	3.577,59	3.743,22	14.475,99
AUDITORIAS	1.938,00	20.438,00	5.337,97	11.939,00	39.652,97
SISTEMA DE RISCOS	30.106,28	23.484,17	10.587,40	9.584,04	73.761,89
CUSTÓDIA/CONTROLADORIA	6.000,00	6.000,00	5.239,52	9.650,29	26.889,81
IMPOSTOS - CPMF	23.513,82	20.341,27	36.539,02	2.448,62	82.842,73
TAXAS TRIBUTÁRIAS	-	-	-	-	-
CARTEIRA OP. PARTICIPANTES	-	-	-	-	-
CARTEIRA DE IMÓVEIS	72.488,79	34.086,96	46.465,18	44.281,91	197.322,84
SOFTWARE	24.221,64	24.221,64	19.314,19	8.556,18	76.313,65
CORRETAGENS <sup>(1)</sup>	11.082,99	96.637,71	65.975,73	119.712,74	293.409,17
TAXA OPER. CBLC <sup>(1)</sup>	444,97	3.163,19	1.532,06	4.062,57	9.202,79
TAXA OPER. BOVESPA <sup>(1)</sup>	1.233,28	9.798,24	5.871,12	12.289,41	29.192,05
<b>GESTÃO EXTERNA</b>	<b>6.471,68</b>	<b>6.615,16</b>	<b>8.083,50</b>	<b>1.927,29</b>	<b>23.097,63</b>
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO *	-	-	-	-	-
TAXA DE PERFORMANCE *	-	-	-	-	-
CORRETAGENS *	-	-	-	-	-
TAXA SELIC	100,00	-	100,00	-	200,00
TAXA CETIP	1.289,33	983,60	1.206,38	-	3.479,31
TAXA BOVESPA *	-	-	-	-	-
CUSTÓDIA	3.707,54	4.406,54	5.435,53	-	13.549,61
AUDITORIAS	-	-	-	-	-
OUTRAS	1.374,81	1.225,02	1.341,59	1.927,29	5.868,71

(\*) Não há cobrança dessas taxas no FIQ Pactual FioPrev.

(1) A partir do dia 27/03/07, início dos investimentos diretos em Bolsa de Valores



# Política de Investimentos

## Relatório Resumo de Política de Investimento dos Planos de Previdência

A Política de Investimentos contém os parâmetros para a gestão dos recursos financeiros do plano de previdência. Ela é um instrumento de longo prazo que estabelece os objetivos e os rumos dos investimentos feitos pelo FioPrev. É aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, e operacionalizada pelo Comitê de Investimentos e pela Diretoria Administrativa e Financeira.

Cada plano de benefício possui uma política de investimentos, adequada à sua realidade e às metas atuariais previstas para cada um. Acompanhe a seguir estes dados:

Período de referência: 01/2008 a 12/2008

Entidade: 00477-FIOPREV

	Taxa Mínima Atuarial	Índice de Referência
Plano de Benefícios: 1991000138-PLANO BD - RJU	INPC	6%
Plano de Benefícios: 1985000318-PLANO BD - FIOPREV	INPC	5%

Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 11/12/2007, pela Ata nº 13/2007  
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Jacques Mendes Meyohas  
Cargo: Diretor Adm/Financeiro Segmento: Plano de Benefícios

### Controle de Riscos

Risco de Mercado

**Risco Legal**

Risco de Liquidez

**Risco Operacional**

Risco de Contraparte

**Outros**

### Alocação dos Recursos

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008

#### Segmento de Renda Fixa

Investimento	Mínimo	Máximo	Alvo
Baixo Risco de Crédito	50,00%	100,00%	65,00%
Médio Risco de Crédito	0,00%	15,00%	0,00%
Alto Risco de Crédito	0,00%	15,00%	0,00%

#### Segmento de Renda Fixa

Empresas com IGC/Bovespa	0,00%	30,00%	25,00%
Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	0,00%	0,00%	0,00%
Sociedade de Propósito Específico	0,00%	0,00%	0,00%
Parceria Público-Privada	0,00%	0,00%	0,00%

#### Segmento de Imóveis

Investimentos Visando Ulterior Alienação	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0,00%	11,00%	3,00%
Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%

#### Segmento de Imóveis

Empréstimos	0,00%	15,00%	12,00%
Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%

#### Derivativos

Limite Máximo para Proteção:	100,00 %
Limite Máximo para Exposição:	0,00 %

### Limites Máximos de Diversificação

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008

Em Pessoa Jurídica ou Conglomerados:	20%
Em Patrocinadoras e Ligadas:	10%

#### Ativos de Renda Fixa

	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
PJ não Financeira	10%	0%	0%
Instituição Financeira	25%	0%	0%
FIDC	5%	0%	0%

#### Companhias Abertas

Por Capital Votante:	20%
Dos Recursos Garantidores:	10%
Por Capital Total:	20%

#### Sociedades de Propósito Específico

Por Projeto:	25%
Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras:	40%

#### Imóveis

Por Imóvel:	11%
PL do Fundo:	25%

## Gestão de Recursos

Tipo/Forma: **Mista**Quantidade de Gestores: **10**Periodicidade da Avaliação: **6 Meses**Critérios de Avaliação: **Em relação à taxa mínima atuarial do plano**

### Critério para Contratação

Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Capacitação Técnica	Riscos Incorridos
Práticas de Marcação a Mercado	Custos
Estrutura de Suporte e de Controle	Total de Recursos Administrados
Outros	Outros

Participação em Assembléias de Acionistas:

Não participa

Cenário Macroeconômico:

Taxa de Crescimento Real 3% a.a.

Inflação pelo IGP-M, 4,13% e pelo IPCA 4,05%

Variação Cambial 2,20%

Taxa de Juros Nominal 11,50

Dívida Líquida (% do PIB) 46,80

Observações :

Em relação a gestão terceirizada, vale ressaltar que o cenário macroeconômico e setorial utilizado é de responsabilidade da instituição.

Estratégia de Formação de Preço: **Mista**Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: **Sim**

# Parecer atuarial

Este parecer é emitido pelo atuário, depois de realizar um estudo técnico que vai considerar as características biométricas, demográficas e financeiras da massa de participantes para avaliar se o plano de custeio está adequado para que o plano de benefícios se mantenha solvente e equilibrado.

O parecer também deve apontar as causas do superávit/déficit técnico atuarial. Em se tratando de déficit técnico, indica possíveis soluções para o equacionamento.

Como o FioPrev administra dois planos, o parecer atuarial aborda separadamente cada um deles.

## DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS / PLANO BD-RJU

ITEM	R\$
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO (*1)	60.111.139,76
PROVISÕES MATEMÁTICAS	48.088.911,81
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	25.543.831,22
Benefícios do Plano	25.543.831,22
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER (*2)	22.545.080,59
Benefícios do Plano com a Geração Atual	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	12.022.227,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.022.227,95
RESERVA PARA REVISÃO DE PLANO	-

ITEM	CUSTO
APOSENTADORIAS	-
INVALIDEZ	0,23%
PENSÃO POR MORTE	-
COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO-DOENÇA	-
PECÚLIO POR MORTE	0,62%
em atividade/Suplementado	0,62%
RESGATES	-
OUTROS BENEFÍCIOS	-
OUTROS BENEFÍCIOS	-
OUTROS BENEFÍCIOS	-
TOTAL DE BENEFÍCIOS	0,85%
SUPLEMENTAR	-
AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT	-
ADMINISTRAÇÃO	0,15%
TOTAL	1,00%
CONTRIBUIÇÕES	
PATROCINADORAS	-
Normal	-
Amortizante (Amortização de Déficit)	-
PARTICIPANTES ATIVOS	1%
Normal	-
Amortizante (Amortização de Déficit)	-
PARTICIPANTES ASSISTIDOS	(*)3

### Observações: VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO: JANEIRO/2008

(\*1) Exclui o Fundo Residual (RJU) a ser objeto de análise jurídica quanto à sua destinação (ver itens 2 e 3 do Parecer Atuarial).

(\*2) Corresponde ao valor atuarialmente destinado à cobertura de oscilação de riscos dos benefícios de aposentadoria por invalidez e respectiva reversão em pensão por morte e de pecúlio por morte, cujo valor, em 31/12/2007, foi fixado em 20% do Ativo Líquido do Plano existente imediatamente antes da constituição do Fundo Residual referido em (\*1), ou seja, corresponde a  $0,20 \times R\$ 112.725.402,95 = R\$ 22.545.080,59$ .

(\*3) Os participantes assistidos contribuem com 5% sobre o valor do benefício de aposentadoria e, aqueles que integralizaram a remuneração para fins de pecúlio, contribuem com 1% sobre os proventos.



## Parecer Atuarial / PLANO BD-RJU

1. A situação atuarial do Plano BD-RJU do FioPrev, aqui apresentada na posição de 31/12/2007, reflete a continuidade da concessão dos benefícios de risco (benefício de aposentadoria e respectiva reversão em pensão por morte/pecúlio por morte), visto que tais benefícios são custeados exclusivamente pelos participantes, tendo em vista o ofício nº 2.733/SPC/DEFIS de 08/08/2007, que reconsidera, em parte, a determinação contida no Ofício nº 509/SPC/DEFIS de 07/03/2007, tendo sido constituída, como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, um valor, atuarialmente destinado à cobertura de oscilação de riscos dos benefícios de aposentadoria por invalidez e respectiva reversão em pensão por morte e de pensão por morte, fixado em 20% do Ativo do Plano existente imediatamente antes da constituição do Fundo Residual referido no item 2 a seguir, ou seja, em  $0,20 \times R\$ 112.725.402,95 = R\$ 22.545.080,59$ .
2. Tendo em vista o estabelecido no Ofício nº 2.733/SPC/DEFIS de 08/08/2007, que reconsiderou, em parte, a determinação contida no Ofício nº 509/SPC/DEFIS de 07/03/2007, o excedente ao valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos de R\$ 25.543.831,22 adicionada do valor provisionado como Benefícios a Conceder, definido no item 1 anterior como sendo igual a R\$ 22.545.080,59, e adicionada do valor de R\$ 12.022.227,95 correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das referidas Provisões de Benefícios Concedidos e a Conceder, foi registrado como Fundo Residual (RJU).
3. Nesse contexto, em 31/12/2007, o Fundo Previdencial Residual (RJU) referido no item 2 anterior, que assumiu, em 31/12/2007, o valor de R\$ 52.614.263,19 = R\$ 112.725.402,95 – R\$ 25.543.831,22 – R\$ 22.545.080,59 – R\$ 12.022.227,95 será objeto de ter sua destinação definida através de Análise Jurídica, tendo em vista o Ofício nº 2.733 SPC/DEFIS de 08/08/2007, que reconsiderou, em parte, a determinação contida no Ofício 509/SPC/DEFIS de 07/03/2007, bem como, tendo em vista a legislação aplicável (inclusive no que se refere às prescrições) em relação às questões de mérito constantes dos referidos ofícios.
4. O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido do Plano, em 31/12/2007, apresentavam as seguintes aberturas, já considerando a constituição do Fundo Residual (RJU) referido nos itens 2 e 3 anteriores:

• Provisão de Benefícios Concedidos .....	R\$ 25.543.831,22
• Provisão de Benefícios a Conceder (*1) .....	R\$ 22.545.080,59
• Provisão Matemática a Constituir .....	R \$ (-----)
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) .....	R\$ 48.088.911,81
• Superávit Técnico Acumulado (*2) .....	R\$ 12.022.227,95
• Ativo Líquido do Plano (*3) .....	R\$ 60.111.139,76

(\*1) Ver item 1 do presente Parecer Atuarial.

(\*2) Pelo fato do Plano BD-RJU do FioPrev estar sendo avaliado pelo Regime de Repartição (“Simples” no que se refere ao Pecúlio por Morte e de “Capital de Cobertura” no que se refere ao Benefício de Aposentadoria por Invalidez e respectiva reversão em Pensão por Morte), do ponto de vista atuarial, quando da constituição do Fundo Residual (RJU) é recomendável manter no Ativo Líquido do Plano, sendo atualizado mensalmente pela rentabilidade do Plano BD-RJU do FioPrev.

(\*3) Ver item 3 do presente Parecer Atuarial.

NOTA: A idade média dos participantes ativos deste Plano (incluindo autopatrocinados) é de 46 anos.

5. Com relação ao valor das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial), apresentadas de forma aberta no item 4 deste Parecer Atuarial, atestamos que as mesmas foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A deste DRAA e regimes/métodos de financiamento atuarial descritos na folha 1/3 deste DRAA, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pelo FioPrev e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise do FioPrev para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizadas na presente avaliação atuarial.

**José Roberto Montello**

Atuário - MIBA: 426

## HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL

TAXA REAL ANUAL DE JUROS	6% (*1)
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	4,65%
PROJEÇÃO DE CRESC. REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	-
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	-
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO	
Dos Salários	-
Dos Benefícios da Entidade	98%
Dos Benefícios do INSS	-
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	-
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	Média de 0,75% ao ano
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-83
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	AT-49
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	LIGHT (MÉDIA)
OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS	-
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	EXPER. REGIONAL
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE	-

**Observações:** INDEXADOR DO PLANO: TAXA REFERENCIAL - TR.

(\*1) Aplicável às provisões matemáticas dos benefícios de prestação continuada.



## DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS / PLANO BD-FioPrev

ITEM	R\$
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO	43.556.792,49
PROVISÕES MATEMÁTICAS	16.698.676,00
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	7.034.429,00
Benefícios do Plano	7.034.429,00
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER	9.664.247,00
Benefícios do Plano com a Geração Atual	15.031.282,00
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual	-
Outras Contribuições da Geração Atual	(5.367.035,00)
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	26.858.116,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.174.669,00
RESERVA PARA REVISÃO DE PLANO	22.683.447,49

ITEM	CUSTO
APOSENTADORIAS	(*) 3,74%
INVALIDEZ	(*) 0,36%
PENSÃO POR MORTE	(*) 0,66%
COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO-DOENÇA	0,71%
PECÚLIO POR MORTE	0,95 %
RESGATES	(*) -
OUTROS BENEFÍCIOS	-
OUTROS BENEFÍCIOS	-
OUTROS BENEFÍCIOS	-
TOTAL DE BENEFÍCIOS	6,42%
SUPLEMENTAR	-
AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT	-
ADMINISTRAÇÃO	(*) -
TOTAL	6,42%
CONTRIBUIÇÕES	
PATROCINADORAS	3,21%
Normal	3,21%
Amortizante	-
PARTICIPANTES ATIVOS	3,21%
Normal	3,21%
Amortizante	-
PARTICIPANTES ASSISTIDOS	5,00%

### Observações: VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO: JANEIRO/2008

(\*1) Custos ajustados pelo fator 0,2913 com a devida compensação por elevação da Reserva de Benefícios a Conceder no valor equivalente a R\$ 4.053.745,00.

(\*2) Incluído no custo das aposentadorias e pensões por terem as mesmas sido avaliadas sem "turnover".

(\*3) Custos dos benefícios avaliados incluindo sobrecarga administrativa de 15%.

### Parecer Atuarial / PLANO BD-FioPrev

1. A situação financeiro-atuarial do Plano Previdenciário de Benefício Definido vigente no FioPrev, complementar à Previdência Social, avaliada com os mesmos regimes/métodos de financiamento atuarial e com as mesmas hipóteses atuariais adotados na avaliação atuarial do exercício de 2006, apresentou, em 31/12/2007, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 26.858.116,49, equivalente a 61,66% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 43.556.792,49.
2. O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e, o Ativo Líquido do Plano, apresentavam, em 31/12/2007, os seguintes valores:
  - Provisão de Benefícios Concedidos ..... R\$ 7.034.429,00
  - Provisão de Benefícios a Conceder ..... R\$ 9.664.247,00
  - Provisão Matemática a Constituir ..... R\$ -
  - Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) ..... R\$ 16.698.676,00
  - Superávit Técnico Acumulado \*1 ..... R\$ 26.858.116,49
  - Ativo Líquido do Plano ..... R\$ 43.556.792,49

\*1: a ser integralmente registrado como Reserva de Contingência no correspondente a R\$ 4.174.669,00 e como Reserva para Revisão de Plano no correspondente a R\$ 22.683.447,49.

NOTA: A idade média dos participantes ativos deste Plano Previdenciário de Benefício Definido vigente no FIOPREV (Complementar à Previdência Social) é de 38 anos (incluindo os autopatrocinados).



3. Com relação aos valores atuarialmente avaliados, detalhados no item 2 deste Parecer Atuarial, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as mesmas hipóteses atuariais e os mesmos regimes /métodos de financiamento adotados na reavaliação atuarial do exercício de 2006, a partir de informações contábeis e cadastrais fornecidas pelo FioPrev e julgadas, lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise do FioPrev para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizadas na presente avaliação atuarial.
4. A destinação da parcela do superávit técnico acumulado, registrada como Reserva de Contingência, é a de dar cobertura a desvios desfavoráveis que venham a ocorrer entre as hipóteses atuariais adotadas e o que efetivamente vier a ocorrer, especialmente no que se refere à mortalidade e ao retorno dos investimentos, e a destinação da parcela do superávit técnico acumulado, registrada como Reserva para Revisão de Plano, em caso de continuidade de sua existência por 3 anos consecutivos, é, em princípio, a de realizar revisões nas contribuições / benefícios vigentes, levando em consideração as circunstâncias que propiciaram o surgimento da referida Reserva para Revisão de Plano.

**José Roberto Montello**

Atuário - MIBA: 426

### HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL

TAXA REAL ANUAL DE JUROS	5%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO <sup>(*)</sup>	3% ao ano
PROJEÇÃO DE CRESC. REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	-
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	-
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO	
Dos Salários	-
Dos Benefícios da Entidade	-
Dos Benefícios do INSS	-
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	-
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULA
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-2000
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	AT-83
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	LIGHT (MÉDIA)
OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS	-
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	EXPER. REGIONAL
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE	-

**Observações:** INDEXADOR DO PLANO: TAXA REFERENCIAL - TR.

<sup>(\*)</sup>  $(A + B \log n x) \cdot (1 + PROD)^{x-15}$ ; sendo A = 1, B = 0 e PROD = 3% ao ano, sendo x a idade atingida pelo participante.

## Parecer dos auditores independentes

A auditoria independente é um mecanismo de verificação e controle das operações contábeis do fundo de pensão. A sua realização é uma garantia para o participante da transparência e da ética existentes no FioPrev para a administração dos recursos.

Aos

Participantes, Patrocinadores, Conselheiros e Diretores do

**INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FioPrev**

Examinamos o balanço patrimonial do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev, levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. O plano de benefícios relativo ao Regime Jurídico Único – RJU, mantido pelo Plano de Custeio, conforme aporte de recursos (contribuições) da Patrocinadora – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Participantes, continua na dependência de aprovação por parte das autoridades competentes.

4. Em nossa opinião, conforme mencionado no primeiro parágrafo, exceto quanto aos efeitos que o assunto tratado no parágrafo 3, possa causar, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FioPrev em 31 de dezembro de 2007, e o resultado de suas operações e a movimentação do fluxo financeiro correspondente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar.

5. As demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós, cujo parecer datado em 31 de maio de 2007, fez menção da referida ressalva, bem como, sobre os outros assuntos:

- a) Os efeitos advindos do Ofício nº 509/SPC/DEFIS, de 07/03/2007, que determinou a cessação imediata das contribuições da Patrocinadora, e conseqüente interrupção de concessão de novos benefícios e posteriormente, do Ofício nº 2733/SPC/DEFIS, de 08/08/2007, que autorizou a concessão de benefícios de riscos (pecúlio e aposentadoria por invalidez proporcional), não refletidos nas demonstrações contábeis, foram considerados, pela avaliação atuarial do Plano BD-RJU, conforme Parecer Atuarial datado em 29 de fevereiro de 2008. Os cálculos das Provisões Matemáticas, de 31 de dezembro de 2007, refletem as determinações impostas pela Secretaria de Previdência Complementar, apresentando as reversões parciais das Provisões Matemáticas, em contrapartida com a constituição do Fundo Residual RJU, no valor de R\$52.614 mil, e a eliminação do Déficit Técnico Atuarial, apurando um Superávit Técnico Atuarial, no valor de R\$12.022 mil.
- b) As Provisões Matemáticas relacionadas aos Planos de Benefícios dos Planos BD-FIOPREV e BD-RJU refletidas nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2006, foram atualizadas por método de recorrência, para posterior ajuste no exercício seguinte. As avaliações atuariais de 2007 foram elaboradas, com base nas informações do cadastro data base, 31/12/2007.
- c) O programa FioSaúde era mantido por contribuições extraordinárias (cotas extras) de participantes e por meio de empréstimos, ao Programa Previdencial, no decorrer de 2007. O Plano Assistencial recebeu aportes, através da Patrocinadora, no montante de R\$17.000 mil, suficientes para cobertura dos débitos em atraso e quitação dos empréstimos.

6. Em conexão com o exame das referidas demonstrações contábeis, efetuamos a revisão do cumprimento das disposições da Resolução CMN nº 3.121/2003, em vigor até maio de 2007, revogada pela Resolução CMN nº 3.456, de 01 de junho de 2007 no que concerne ao enquadramento da Entidade nos limites e condições estabelecidos e quanto à pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle de seus investimentos. Com base em nossos exames não identificamos fatos que possam caracterizar descumprimentos dos quesitos requeridos nesses normativos.

7. O Tribunal Regional Federal do Estado do Rio de Janeiro, julgou procedente a ação rescisória movida pela União Federal revogando a imunidade tributária concedida ao FioPrev desde 1990, por sentença transitada em julgado. Os consultores jurídicos, Villela dos Santos & Costa Carneiro Advogados Associados, estão questionando aquela decisão através de embargos infringentes. A expectativa quanto à solução final desse recurso e os custos envolvidos relativos ao não recolhimento do imposto de renda e do imposto sobre operações financeiras – IOF, foram levantados e mensurados financeiramente, conforme registro contábil.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2008.

**FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES**

CRC/MG - 757/O - F - RJ

**Luiz Alberto Rodrigues Mourão**

Contador - CRC/RJ - 046.114/O

## Parecer do Conselho Fiscal

Depois de auditadas, as contas são verificadas pelo Conselho Fiscal da entidade, que tem o poder de aprová-las ou não. Confira a seguir o parecer do Conselho Fiscal do FioPrev.

O Conselho Fiscal do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinando o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2007, bem como as respectivas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo de 2007.

Com base nas análises efetuadas pelo Colegiado no decorrer do exercício e à vista do Parecer dos Auditores – Fernando Motta & Associados e do Parecer do Atuário Jessé Montello Serviços em Atuaria e Economia Ltda., o Conselho é de opinião que os atos dos administradores por ele examinados, consideradas as recomendações efetuadas para melhoria dos controles internos e da gestão da entidade apontados pelo Colegiado, constantes no Quadro-resumo dos Apontamentos do Conselho Fiscal – Janeiro a Dezembro 2007, com o objetivo de atender a Resolução CGPC Nº. 13 - no que tange ao estabelecimento de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pela entidade, necessitam de melhorias; demonstram que os administradores têm se empenhado em desenvolver uma cultura que enfatiza a importância dos controles internos em todos os níveis hierárquicos.

Observa-se que as referidas demonstrações, salvo a ressalva a seguir apontada, refletem adequadamente a posição patrimonial, de resultado e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2007, pelo que recomenda a sua aprovação.

RESSALVA:

Parecer dos Auditores independentes – Fernando Motta & Associados – RJPar 08/006, onde em seu item 3 consta o seguinte apontamento “ O plano de benefícios relativo ao Regime Jurídico Único – RJU, mantido pelo Plano de Custeio, conforme aporte de recursos (contribuições) da Patrocinadora – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Participantes, continua na dependência e aprovação por parte das autoridades competentes.”

Rio de Janeiro, 26 de março de 2008.

**MARIA AMÁLIA DO N. MONTEIRO**

Presidente

**CRISTIANE TEIXEIRA SENDIM**

Membro

**JOSÉ SILVIO M. PORTES**

Membro

**HUGO CESAR BELLAS**

Membro



## Parecer do Conselho Deliberativo

Fechando o processo de análise das contas de 2007, o Conselho Deliberativo aprecia o parecer do Conselho Fiscal e depois emite o seu próprio documento, como se vê a seguir:

Com fulcro no inciso V do artigo 21 do estatuto do FioPrev, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social pela Portaria 979, de 27/08/2002, publicada no Diário Oficial da União, de 28/08/2002, este Conselho deliberou pela aprovação das contas do exercício de 2007 do FioPrev, considerando a ressalva apontada pelo Conselho Fiscal em Parecer datado de 26 de março de 2008.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2008.

**HAYNE FELIPE DA SILVA**  
Presidente

**CLAUDIA MARIA GULLO PARENTE**  
Membro

**ALEX ALEXANDRE MOLINARO**  
Membro

**MÁRCIA MARIA GARCIA GOMES**  
Membro

### FioPrev Notícias

## Inadimplência alta ameaça empréstimo

Cerca de 41% dos empréstimos contratados junto ao FioPrev estão inadimplentes. O quadro é tão complicado que a falta de pagamento já está interferindo negativamente na rentabilidade dos investimentos. Esta taxa elevada pode comprometer a própria carteira, impedindo que novas concessões aconteçam.

O Conselho Deliberativo (CD) já autorizou a Diretoria Executiva a convocar os inadimplentes para discutir o refinanciamento das dívidas. Se esta convocação não surtir efeito, o passo seguinte será a cobrança judicial. Este é o último recurso a ser empregado, pois se trata de uma medida bastante desagradável, mas que não pode ser descartada, uma vez que a inadimplência causa efeito negativo no patrimônio de todos os participantes do plano de previdência. O empréstimo existe para a coletividade, portanto, quando alguém não paga, prejudica a todos, seja de forma direta pela questão do patrimônio seja de maneira indireta pela impossibilidade de manter a carteira aberta. Ou seja, quando ocorre inadimplência, diminuem os recursos disponíveis para novos empréstimos. Se a quantidade de participantes que não paga fica muito elevada, não há condições de continuar emprestando.

Para evitar que situações como a atual se repitam, a Diretoria Executiva já iniciou um estudo da mudança das regras do empréstimo.

O diretor-superintendente, Carlos Magno Ramos, reforça a importância de o participante manter em dia seus compromissos financeiros, quitando a



Foto: Steve Woods / sxc.hu

prestação mensal do empréstimo. Ele lembra que o servidor deve providenciar o pagamento por ficha de compensação bancária quando não é descontado no contracheque, justamente para evitar que a prestação fique em aberto. Este é o caso do mês de abril, quando a parcela do empréstimo não foi descontada no contracheque, em função das mudanças introduzidas pelo Decreto nº 6.386 de 29/02/2008, que trata do processamento dos descontos em folha de pagamento. Os participantes tiveram que efetuar o pagamento por boleto bancário com vencimento em 5 de maio.